



## CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

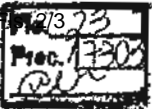
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma <b>LEI N° 4579/1995</b>		
Ementa <b>CONCEDE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS.</b>		
Data da Norma <b>15/05/1995</b>	Data de Publicação <b>19/05/1995</b>	Veículo de Publicação <b>Imprensa Oficial do Município-</b>
Matéria Legislativa <b><u><a href="#">Projeto de Lei n° 6410/1994</a></u> - Autoria: Eder Guglielmin</b>		
Status de Vigência <b>Revogada</b>		
Observações <b>Retificação: IOM 02/06/1995 e IOM: 20/06/1995</b> <b>Obs.: Matéria correlata: PL 5.702/92 (veto total mantido) - Eder Guglielmin.</b> <b>Veto total rejeitado</b> <b>Autor: EDER GUGLIELMIN</b>		
Histórico de Alterações		
Data da Norma 11/03/1999	Norma Relacionada <u><a href="#">Lei n° 5234/1999</a></u>	Efeito da Norma Relacionada Revogada por



Câmara Municipal de Jundiaí  
São Paulo

GABINETE DO PRESIDENTE  
(proc. 17.303)



LEI Nº 4.579, DE 15 DE MAIO DE 1995

Concede auxílio-alimentação aos ser  
vidores públicos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, conforme a rejeição de veto total pelo Plenário em 09 de maio de 1995, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É concedido auxílio-alimentação aos servido-  
res públicos da administração direta e indireta, sob a forma de:

I - distribuição de tíquetes para aquisição de gêneros alimentícios "in natura", ou preparados para consumo imediato, em estabelecimentos comerciais; ou

II - crédito, em folha de pagamento, do valor correspondente aos tíquetes.

Parágrafo único. O valor do auxílio será fixado por ato do Chefe do Executivo e revisto mensalmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor em real - IPC-r, ou por outro índice que venha a substituí-lo, consideradas as necessidades básicas de alimentação e as disponibilidades do erário.

Art. 2º O benefício será devido em função dos dias efetivamente trabalhados, conforme apurado em boletim ou atestado de frequência, e seu valor poderá ser fixado de acordo com a jornada de trabalho a que estiver sujeito o servidor.

Parágrafo único. Será contemplado uma única vez o ser  
vidor que acumule regularmente cargos, empregos ou funções públicas.

Art. 3º O auxílio não se incorporará à remuneração do servidor e sobre ele não incidirão quaisquer contribuições trabalhistas, previdenciárias ou fiscais.

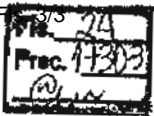
Art. 4º Não fará jus ao auxílio-alimentação o servi-  
dor:

I - licenciado ou afastado do cargo ou função, com pre  
juízo total ou parcial da remuneração;



Câmara Municipal de Jundiaí  
São Paulo

GABINETE DO PRESIDENTE



(Lei nº 4.579- fls. 2)


II - afastado para prestar serviços junto a órgãos ou entidades da União, Estados ou outros municípios.

Art. 5º As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

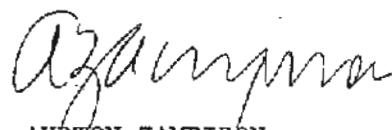
Art. 6º Esta lei será regulamentada no prazo de 30 (trinta) dias do início de sua vigência.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em quinze de maio de mil novecentos e noventa e cinco (15.05.1995).

  
ANTONIO CARLOS PEREIRA NETO  
"DOCA"  
Presidente

Registrada e publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Jundiaí, em quinze de maio de mil novecentos e noventa e cinco (15.05.1995).

  
AYRTON ZAMPIRON  
Diretor Legislativo-Substituto

\*

vsp